

ROCHA GRANÊIS SANTANA SPE S.A.
CNPJ nº 59.748.580/0001-42 | NIRE nº 16300015163
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025

1. Data, hora e Local: Dia 25 de junho de 2025, às 9h, na sede social da **Rocha Granêis Santana SPE S.A.** (a <Companhia>), localizada na Rua Antonio Abílio Rodrigues, nº 537, complemento A, bairro Fonte Nova, Santana/AP, CEP 68.928-337. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Sr. **Darlan Fábio De David**; Secretário: Sr. **Cristiano Rozanez Donati**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca da (i) alteração do endereço da sede da Companhia; (ii) alteração do objeto social da Companhia; (iii) em razão das modificações deliberadas nos itens (i) e (ii), atualização do Artigo Primeiro, parágrafo único, e Artigo Terceiro do Estatuto Social; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos, deliberaram por: (i) Alterar o endereço da sede da Companhia, que passa da Rua Antonio Abílio Rodrigues, nº 537, complemento A, bairro Fonte Nova, Santana/AP, CEP 68.928-337, **para** Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 1380, bairro Novo Horizonte, Santana/AP, CEP 68.926-000. (ii) Alterar o objeto social da Companhia, visando o propósito específico de execução do Contrato de Arrendamento nº 4/2025 - ANTAQ, mantendo as atividades de atuação como operador portuário; operação em recintos alfandegados: transporte, recepção, armazenagem e expedição de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; a prestação de serviços de armazéns gerais de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; exportação e comércio atacadista de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; acondicionamento de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho, por conta e ordem de terceiros; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros, bem como quaisquer outras atividades que sejam correlatas, adicionais ou complementares às atividades acima descritas. (iii) Tendo em vista as alterações promovidas acima, atualizar a redação do Artigo Primeiro, parágrafo único, e do Artigo Terceiro do Estatuto Social da Companhia, que passam a vigor com a seguinte redação: **Artigo Primeiro - Rocha Granêis Santana SPE S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "**Lei das S.A.**"). **Parágrafo Único:** A Companhia tem sede e foro no Município de Santana, Estado do Amapá, na Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 1380, bairro Novo Horizonte, CEP 68.926-000, onde exerce apenas atividades de escritório administrativo, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, abrir e extinguir filiais, agências, escritórios e outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo Terceiro - A Companhia**, visando o propósito específico de execução do Contrato de Arrendamento nº 4/2025 - ANTAQ, exerce as atividades de atuação como operador portuário; operação em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; a prestação de serviços de armazéns gerais de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; exportação e comércio atacadista de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; acondicionamento de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho, por conta e ordem de terceiros; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; a bem como quaisquer outras atividades que sejam correlatas, adicionais ou complementares às atividades acima descritas. (iv) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma proposta no **Anexo I** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que lida e aprovada e assinada por todos os membros presentes. Santana/AP, 25 de junho de 2025. **Mesa:** Darlan Fábio De David, Presidente, Secretário, Acionistas: Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. representada por seus Diretores Darlan Fábio De David e Cristiano Rozanez Donati

ANEXO I ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: **Artigo Primeiro - Rocha Granêis Santana SPE S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida por este Estatuto Social e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "**Lei das S.A.**"). **Parágrafo Único:** A Companhia tem sede e foro no Município de Santana, Estado do Amapá, na Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 1380, bairro Novo Horizonte, CEP 68.926-000, onde exerce apenas atividades de escritório administrativo, podendo, para melhor desempenho de suas atividades, abrir e extinguir filiais, agências, escritórios e outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo Segundo - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.** **Capítulo II - Do Objeto Social:** **Artigo Terceiro - A Companhia**, visando o propósito específico de execução do Contrato de Arrendamento nº 4/2025 - ANTAQ, exerce as atividades de atuação como operador portuário; operação em recintos alfandegados, transporte, recepção, armazenagem e expedição de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; a prestação de serviços de armazéns gerais de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; exportação e comércio atacadista de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho; acondicionamento de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho, por conta e ordem de terceiros; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; bem como quaisquer outras atividades que sejam correlatas, adicionais ou complementares às atividades acima descritas. **Capítulo III - Do Capital Social e Ações:** **Artigo Quarto - O capital social da Companhia**, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 17.777.400,00 (dezesete milhões, setecentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), dividido em 17.777.400 (dezesete milhões, setecentos e setenta e sete mil e quatrocentos) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro - As ações** são indivisíveis perante a Companhia, e cada ação confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo - As ações da Companhia** serão registradas no Livro de Registro de Ações próprio da Companhia. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral:** **Artigo Quinto - A Assembleia Geral** reunir-se-á, na sede social, (i) ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do art. 132 da Lei das S.A.; e (ii) extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral** deverá ser convocada pelo Diretor Superintendente ou Acionista, instalando-se na forma prevista em lei. **Parágrafo Segundo - Compete ao Diretor Superintendente e, na sua ausência ou impedimento, ao Diretor Administrativo e Financeiro, instalar e presidir a Assembleia Geral**, cabendo-lhe nomear o Secretário dentre os presentes, os quais dirigirão os trabalhos. **Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão** as formalidades de convocação previstas neste artigo sempre que todos os acionistas comparecerem ou se declarem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto - Ressalvadas** as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem a totalidade do capital social com direito de voto, e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número, exceto para as matérias previstas no parágrafo 5º abaixo. **Parágrafo Quinto - Dependerão de aprovação dos acionistas** que representem maioria absoluta do capital votante da Companhia, os atos que importem em: (a) Qualquer alteração neste Estatuto Social; (b) Realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, cisão, incorporação ou transformação; (c) Pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; (d) Cessação do estado de liquidação da Companhia; (e) Eleição e destituição dos membros da Diretoria; (f) Fixação da remuneração dos administradores e aprovação de programas de bonificação; (g) Aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras anuais e do orçamento de capital, previamente elaborados pela administração da Companhia; (h) Aprovação da proposta da administração para distribuição de lucros, quando diversa da política da Companhia prevista em acordo de acionistas registrado na sede da Companhia, retenção de lucros e constituição ou destituição de valores a reservas; (i) Aquisição, alienação ou outra forma de disposição de participação societária detida pela Companhia em outra sociedade; (j) Celebração de acordo de acionistas ou quotista relativo a sociedades em que a Companhia participe como sócia ou acionista, assim como a determinação de exercício de direito de voto da Companhia; (k) Realização de operações entre partes relacionadas, conforme definido no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, sejam diretores, membros do Conselho de Administração da controladora ou de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária ou contratual, gerentes ou empregados; (l) Aprovação do plano de negócios e dos orçamentos de capital e anual da Companhia, bem como suas revisões e alterações. Em caso de não aprovação, ficam automaticamente aprovados os orçamentos anuais e de capital do ano anterior, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; (m) Instauração de ações judiciais ou procedimentos de arbitragem; (n) Aprovação da distribuição de lucros ou dividendos intercalares; e (o) Celebração pela Companhia de associações, joint ventures e/ou consórcios relacionados ao seu objeto social, nos termos do acordo de acionistas arquivado em sua sede social. **Capítulo V - Da Administração:** **Artigo Sexto - A administração da Companhia** será exercida pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo Sétimo - A Diretoria** será composta por 2 (dois) diretores, sendo um Diretor Superintendente e um Diretor Administrativo - Financeiro, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de até 01 (um) ano, e por ela destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição. **Artigo Oitavo - A investidura dos diretores** eleitos se dará mediante termo lavrado no livro de atas da Diretoria, independentemente de caução. Em caso de reeleição, a investidura será declarada pelo próprio órgão que tiver deliberado a reeleição, servindo o termo anterior. **Parágrafo Primeiro - O prazo de gestão dos diretores** se estende até a investidura dos novos eleitos. **Parágrafo Segundo - O substituto eleito para preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído.** **Artigo Nono - Ocorrendo a vacância do cargo de diretor ou em caso de impedimento do titular**, caberá à Assembleia Geral eleger o novo diretor ou designar o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em se tratando de ausência ou impedimento temporário, o diretor será substituído pelo seu par, que cumulará a sua função com a do substituído. **Artigo Décimo - No desempenho de suas atribuições**, os Diretores cumprirão as disposições legais, o Estatuto Social e as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral, vedada quaisquer operações e/ou transações em valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em qualquer caso, considerado o ato isoladamente ou em conjunto dos atos de mesma natureza e correlatos, sem a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral. **Artigo Décimo Primeiro - Observadas as restrições** estabelecidas no presente Estatuto e na legislação aplicável, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete aos Diretores, agindo em conjunto de 2 (dois) entre si, ou 1 (um) Diretor, em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, ou 2 (dois) procuradores devidamente constituídos, nos termos dos poderes então conferidos. **Artigo Décimo Segundo - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro** representar a Companhia, isoladamente, perante a Receita Federal do Brasil. **Artigo Décimo Terceiro - As procurações** outorgadas em nome da Sociedade o serão por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto entre si, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano. Na ausência de prazo de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, à exceção daquelas para fins judiciais, presumir-se-á que estas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano. **Artigo Décimo Quarto - São expressamente vedados**, nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como conceder fianças, avais ou qualquer outra forma de garantia, bem como onerar ou alienar bens imóveis do ativo imobilizado da Companhia, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral com voto favorável de acionistas representando a maioria do capital social. A Companhia, por sua vez, está impedida de prestar fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou pessoais, a qualquer terceiro, incluindo partes relacionadas, exceto se feitas no curso normal dos negócios. **Artigo Décimo Quinto - Pelo exercício da administração** da Companhia, os Diretores poderão receber a título de pró-labore, remuneração mensal que será fixada pela Assembleia Geral e levada à conta de despesas operacionais. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal:** **Artigo Décimo Sexto - A Companhia** terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com constituição, requisitos, poderes e atribuições que lhe são conferidos por lei, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal** será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observadas as prescrições legais. **Parágrafo Segundo - O mandato dos membros do Conselho Fiscal** terminará na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VII - Do Exercício Social, Balanço e Destinação do Resultado:** **Artigo Décimo Sétimo - O exercício social** inicia-se em 1º (primeiro) de janeiro e encerra-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando será levantado o respectivo Balanço e Demonstrações Financeiras. Os lucros obtidos durante o exercício social serão aplicados conforme a determinação dos acionistas representantes da totalidade do capital social. **Parágrafo Primeiro - No fim de cada exercício** será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Do lucro líquido verificado, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido atribuído aos acionistas um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76 e ressalvado o disposto no §3º, do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Segundo - Os acionistas** representantes da totalidade do capital social poderão deliberar pela apresentação de balanços e demonstrações financeiras periódicas, para distribuição de dividendos referentes aos respectivos períodos. **Parágrafo Terceiro - Observadas as disposições** legais pertinentes, a Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, pagar juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados aos dividendos a distribuir. **Parágrafo Quarto - Os dividendos** intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio, declarados e/ou pagos em cada exercício social, poderão, a critério da Assembleia Geral, ser imputados ao dividendo obrigatório pertinente ao exercício social em que forem distribuídos. **Capítulo VIII - Da Cessão ou Transferência de Ações:** **Artigo Décimo Oitavo - As ações da Companhia** não poderão ser cedidas ou transferidas sem o prévio e expresso consentimento dos outros acionistas, que terão preferência para a aquisição em igualdade de condições. Na hipótese de um acionista pretender ceder e transferir suas ações, deverá comunicar sua intenção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, indicando o nome do pretendente à sua aquisição, o preço e as condições de cessão. **Parágrafo Primeiro - Se nenhum dos acionistas** exercerem o direito de preferência que ora lhe é assegurado, o acionista poderá ceder as suas ações, observada a proposta original. **Capítulo IX - Da Liquidação:** **Artigo Décimo Nono - A Companhia** entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo X - Das Disposições Legais:** **Artigo Vigésimo - A Companhia** observará os acordos de acionistas de que seja parte ou que esteja indiretamente vinculada, e que disciplinem, entre outras matérias: (i) o direito de voto; (ii) transferência de ações e preferência para sua aquisição; (iii) exercício do poder de controle; e (iv) a administração da Companhia. **Parágrafo Primeiro - As obrigações e responsabilidades** resultantes de tais acordos serão oponíveis a terceiros quando devidamente arquivados na sede da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos. **Parágrafo Segundo - E expressamente vedado à Companhia** aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou a cessão de direito de preferência à subscção de ações que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia e as demais disposições deste Estatuto. **Artigo Vigésimo Primeiro - Os casos omissos** neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações em vigor, pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como por resoluções da Assembleia Geral. **Artigo Vigésimo Segundo - Fica eleito o Foro da Comarca de Santana, Estado do Amapá**, para conhecer e dirimir quaisquer conflitos oriundos deste Estatuto, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Artigo Vigésimo Terceiro - A Companhia** está proibida de utilizar trabalho escravo. *[Restante da página deixada intencionalmente em branco. Página de assinaturas abaixo.]* **Mesa:** Darlan Fábio De David, Presidente, Secretário, Acionistas: Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. representada por seus Diretores Darlan Fábio De David e Cristiano Rozanez Donati. **Rio Bacacheri Participações S.A.** representada por seus Diretores Darlan Fábio De David e Cristiano Rozanez Donati. *[Página de assinaturas do Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Rocha Granêis Santana SPE S.A., realizada em 25 de junho de 2025.]* **Junta Comercial do Estado do Amapá:** Certifico registro sob o nº 20210121708 em 07/07/2025 da Empresa Rocha Granêis Santana SPE S.A., CNPJ 59748580000142 e protocolo 250199823 - 04/07/2025. Autenticação: C03C1E3FE5884201E83F05FD5B639EA756C1E. Andréa da Silva Pimentel - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucaap.ap.gov.br> e informe nº do protocolo 25/019.982-3 e o código de segurança J0U5. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/07/2025 por Andréa da Silva Pimentel, Secretária Geral.